

CENTRO DE ESTUDOS ANGLICANOS – CEA

“Pezinho pra frente, pezinho pra trás” – reflexões de um anglicano sobre ecumenismo*

Rev. Carlos Eduardo B. Calvani

*Tinha cá pra mim que agora sim eu vivia enfim um grande amor - mentira...
Me atirei assim de trampolim, fui até o fim, um amator
Hoje eu tenho apenas uma pedra no meu peito,
Exijo respeito, não sou mais um sonhador
Chego a mudar de calçada quando aparece uma flor
E dou risada do 'grande amor'.*

Chico Buarque - “Samba do grande amor”)

A leitura do documento *Dominus Iesus* fez vir à minha mente a lembrança dos dois comediantes que ironizam certos acontecimentos políticos e sociais com uma espécie de dança durante a qual repetem o refrão: “pezinho pra frente, pezinho pra trás...”. Em 1999 houve grande alegria nos círculos ecumênicos quando o Vaticano e a Federação Luterana Mundial assinaram um documento de concórdia quanto à doutrina da Justificação. Um ano depois, aparece *Dominus Iesus*. Em suma, parece que as coisas nunca saem do lugar, atualizando o velho ditado - *Roma semper cadem*. Roma, sempre a mesma.

Apesar disso, confesso que o conteúdo do documento, em si, não me surpreendeu nem um pouco. Estou envolvido com ecumenismo há um bom tempo e quando se trata de católicos-romanos, as boas memórias que tenho estão ligadas a pessoas (leigos e leigas e alguns padres) e não propriamente à denominação “Igreja Católica Romana”. Aliás, muitas pessoas pertencentes a essa denominação só são capazes de criticá-la em rodinhas e pequenos círculos, mas nunca em debates públicos ou na presença de seus bispos ou superiores. Sabem que as estruturas de poder que sustentam essa denominação ainda são permeadas pelo mais retrógrado totalitarismo. Que o digam Leonardo Boff, Mathew Fox, Gebara e outros...

Vinho velho em odres velhos

* Publicado originalmente em: Via Teológica n. 1 – Revista da FTBP, Curitiba, 2000);
Texto na internet: <http://www.swbrazil.anglican.org/calvani.htm>

O conteúdo do documento não me surpreendeu porque ele simplesmente reafirma um posicionamento claro da Igreja Católica Romana que é o de julgar-se "a" Igreja. O Concílio Vaticano II somente havia amenizado o tom do discurso. O Decreto sobre ecumenismo *Unitatis Redintegratio* e a declaração sobre a liberdade religiosa *Dignitatis Humanae*, a despeito de adotarem linguagem claramente ecumênica, não alteram os pressupostos teológicos da denominação Católica Romana. Em UR afirma-se que a Igreja Católica mantém a hierarquia estabelecida por Cristo ao designar Pedro como pedra sobre a qual edificaria sua comunidade (UR 2). O Concílio maquiou um pouco a presunção romana, admitindo que os membros de outras igrejas cristãs são "irmãos separados" e ao dizer que, embora "as igrejas tenham deficiências... o Espírito Santo não recusa empregá-las como meios de salvação". Porém, para UR, a legitimidade e virtude das igrejas não-romanas não repousa diretamente em Cristo ou nas Escrituras, mas sim na plenitude da verdade encontrada na denominação Católica Romana: "embora a virtude desses derive da própria plenitude de graça e verdade confiada à Igreja Católica (UR 3cd).

A passagem seguinte diz tudo: "Entretanto, os irmãos de nós separados, tanto os indivíduos como suas comunidades e igrejas, não gozam daquela unidade que Jesus Cristo quis prodigalizar a todos que regenerou e convivificou num só corpo e em novidade de vida e que a Sagradas Escrituras e a venerável Tradição da Igreja professam. *Somente através da Igreja católica de Cristo, auxílio geral de salvação, pode ser atingida toda a plenitude dos meios de salvação. Cremos também que o Senhor confiou todos os bens do Novo Testamento a um único Colégio apostólico, à cuja testa está Pedro, a fim de constituir na terra um só corpo de Cristo, ao qual é necessário que se incorporem plenamente todos os que, de alguma forma, pertencem ao povo de Deus*". (UR 3e - grifos meus)

Comentando esse documento, Júlio de Santa Ana observa alguns princípios bem claros em UR: que as igrejas separadas da comunhão com Roma são eclesialmente carentes; que a unidade dos cristãos deverá ser feita em torno da Igreja Católica Romana; que essa unidade implica no reconhecimento e submissão à autoridade do Papa, sucessor de Pedro (*Ecumenismo e Liberdade*, p. 86).

Alguns anos atrás, participei de um debate sobre ecumenismo organizado por um animado grupo de católicos e evangélicos no norte do Paraná. Como sempre, não havia padres ou bispos na organização, mas os leigos estavam muito felizes e até um pouco encantados com a palavra "ecumenismo", como se o *kairós* tivesse chegado. Não sei se fui o responsável por esfriar os ânimos, mas apresentei, em minha palestra, a posição oficial da denominação Católica Romana e suas implicações. Muitos pareciam não acreditar no que ouviam. Alguns ficaram irritados e chegaram mesmo a dizer que eu não era ecumênico. Creio que me tornei *persona non grata* para aquele grupo. Acontecimentos posteriores naquela região vieram apenas confirmar historicamente a triste realidade que eles se negavam a enxergar: todo discurso ecumênico da cúpula da Igreja Católica Romana é conversa fiada. No fundo, o que essa denominação quer mesmo é sujeitar todos as outras igrejas à sua autoridade. Naturalmente, muitos/as leigos/as e parte do clero não concorda com isso, e continuam a

trabalhar silenciosa e bravamente pela unidade. Com esses e essas, sim, é possível dialogar. Mas com pessoas que representam oficialmente as cúpulas, está cada vez mais difícil. Algum misterioso processo de “conversão” parece se efetuar na maioria dos padres que são eleitos bispos. Conheci alguns que assumiram e encarnaram de tal forma o discurso institucional, que era difícil afirmar que aquele bispo era a mesma pessoa que conheci antes de sua sagração episcopal.

O documento *Dominus Iesus*, emitido pela Sagrada Congregação para a doutrina da Fé nada mais fez que confirmar essa posição. Está bem claro ali que as igrejas que não têm um “episcopado válido” (sic) não são propriamente Igrejas (com “I” maiúsculo). Pouco antes, em 30 de junho de 2000, Ratzinger enviara uma carta aos líderes das Conferências de Bispos no mundo recomendando-lhes não usar mais o termo “igrejas irmãs” em referência às Igrejas da Comunhão Anglicana e às “comunidades eclesiais não-católicas” (igrejas evangélicas e protestantes). A nota do cardeal foi aprovada pelo Papa em 9 de junho. Por isso *Dominus Iesus* prefere a expressão “comunidades eclesiais”.

A carta de Ratzinger também afirma que “ninguém pode dizer que a Igreja Católica é irmã de uma igreja particular ou de um grupo de igrejas. Essa não é meramente uma questão de terminologia, mas acima de tudo, diz respeito a uma verdade básica da fé Católica... A expressão “igrejas irmãs” deve ser usada apenas em referências àquelas comunidades eclesiais que preservaram o episcopado válido e a Eucaristia”, ou seja às Igrejas Ortodoxas. O documento *Dominus Iesus* ratifica tudo isso. A prova maior de que a Igreja Romana leva ao pé da letra tal compreensão reside no fato de que ela mesma, enquanto denominação, nunca filiou-se ao Conselho Mundial de Igrejas ou ao CLAI, em nível latino-americano. A filiação da CNBB ao CONIC é uma das poucas e louváveis exceções. Os motivos para essa recusa em filiar-se ao CMI são os expostos acima. “Se nos filiairmos a esses organismos, estaremos admitindo que a Igreja Católica Romana é uma igreja entre outras, e não ‘a’ Igreja”. No fundo, esse é a razão.

Logo após a divulgação do documento, o CONIC e o CLAI emitiram pronunciamentos oficiais tentando jogar um pouco de água no incêndio. As notas assinadas pelos reverendos Joaquim Beato (presidente do CONIC) e Walter Altmann (presidente do CLAI) tinham um tom conciliador, até compreensível dada a posição que ambos ocupam. Chamaram a atenção para o fato de que o documento de Ratzinger era para consumo interno da Igreja Católica Romana, que tentava alertar para os riscos do relativismo no diálogo com outras religiões (não-cristãs), e não propriamente com o diálogo entre cristãos. O máximo que Beato e Altmann fizeram foi lamentar algumas expressões infelizes que prejudicam o diálogo ecumênico. O conteúdo de suas notas é correto, sim, mas deu-me a impressão de que tentaram tapar o sol com a peneira e evitar polêmica maior.

A meu ver, *Dominus Iesus* também faz parte de todo um jogo político de bastidores em torno da sucessão de João Paulo II. O atual Papa não tem muito tempo de vida pela frente. De vez em quando aparecem especulações em torno

dos “papáveis”. Ninguém hoje em dia é ingênuo o suficiente para acreditar que quando João Paulo II morrer, os cardeais se reunirão em oração para escolher um nome que será inspirado pelo Espírito Santo naquele momento. Sabemos que nunca foi assim e que isso também não acontece nas instâncias de poder de nossas igrejas. Um documento como *Dominus Iesus* serve para mostrar o poder da linha dura que domina o Vaticano e também para avaliar de que modo alguns bispos e principalmente os cardeais (potencialmente “papáveis”) se posicionam.

Um paradigma teológico monárquico e piramidal.

Outra consideração que faço ao documento é o pressuposto teológico no qual ele se baseia. Não adianta muito discutir a teologia expressa na primeira parte. Aparentemente ela é perfeita. Sua argumentação está baseada em regras lógicas de um jogo que vem sendo praticado há muitos anos, denominado “teologia”. Os que conhecem as regras sabem como movimentar-se em campo. Dentro daquele campo fechado e limitado, nós posicionamos os nossos “jogadores-argumentos” e brincamos de ataque e defesa. Às vezes se ganha, outras vezes se perde. Alguns se chateiam e inflamam a torcida. Mas no frigir dos ovos, pouca coisa muda porque as regras são sempre as mesmas. A essas regras nós damos o pomposo nome de “paradigmas”, um conteúdo relativamente coeso de pressupostos que se tornaram inquestionáveis.

Hoje em dia, porém, está ficando difícil aceitar a inquestionabilidade de certas regras. É bom lembrar que os textos bíblicos, a teologia patrística e os grandes dogmas da fé cristã foram formulados numa época em que o poder e a autoridade históricas eram consideradas derivadas do poder e autoridade divinas. Não é à toa que, para expressar o domínio e o poder de Deus na história, os escritores bíblicos utilizaram a expressão “Reino de Deus”, imagem derivada da soberania monárquica. A força do referencial monárquico também provocou longas discussões na época da formulação da doutrina da Trindade e tem acompanhado a teologia produzida na Igreja desde então. Essa é a regra do jogo.

Tomemos, por exemplo, a imagem de uma pirâmide. No topo da pirâmide está a Santíssima Trindade de onde emana todo o poder. Deus Todo-Poderoso é a fonte de todo poder. Ele envia Cristo para efetuar o plano da salvação. Eu ia escrever que “Cristo envia o Espírito Santo”, mas lembrei-me que essa é uma discussão ainda não esclarecida. Trata-se da velha polêmica do *Filioque* - O Espírito procede do Filho ou diretamente do Pai ? Voltemos à pirâmide. Abaixo de Cristo e do Espírito está a Igreja, o povo eleito, que deve “naturalmente” refletir a mesma estrutura piramidal. Há, portanto, um Papa, um senhor todo-poderoso (que até possui o atributo da “infallibilidade”) e que, teoricamente, recebeu seu poder diretamente do Cristo. É ele quem distribui esse poder aos seus subordinados, (bispos) que estão num nível inferior. Os bispos, por sua vez, ordenam (conferem poder) aos presbíteros e diáconos. E lá, no fim da pirâmide estão aqueles e aquelas que não têm poder nenhum e que só conhecem o poder que sobre eles e elas é exercido. É o povão. São os leigos e leigas.

Tudo parece muito lógico. O próprio autor de Efésios serve-se dessa lógica: as mulheres devem obedecer aos maridos “porque o marido é o cabeça, como também Cristo é o cabeça da Igreja...e como a Igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo submissas ao seu marido” (Ef 5.23-24). Do mesmo modo, é natural que os filhos obedeam aos pais e os escravos obedeam aos seus senhores. Trata-se de reconhecer a “naturalidade” da hierarquia e das relações de poder.

Dominus Iesus e outros tantos documentos da denominação Católica Romana seguem a “naturalidade” dessa regra. A partir dela deduzem que tudo na história aconteceu tal como nós queremos que tenha acontecido: Cristo, de fato confiou autoridade hierárquica a Pedro e esse, por sua vez, foi transmitindo a mesma a seus sucessores, curiosamente assentados sobre o trono de Roma, a antiga capital do Império e centro do poder no mundo ocidental da época. Ora, hoje em dia é necessário muita boa-vontade teológica para engolir essa conversa mole. O método histórico-crítico aplicado não apenas à exegese bíblica mas também à histórica da Igreja já nos demonstrou sobejamente ser impossível falar em uniformidade teológica ou administrativa na Igreja Primitiva, bem como justificar a doutrina da sucessão apostólica nesses moldes.

O que precisamos no fundo é reinventar as regras do jogo. Abandonar essa imagem piramidal, própria de uma época, e buscar outra imagem geométrica e espacial mais coerente com os nossos dias. É necessário trocar a pirâmide triangular pelo círculo. Isso não significa abandonar os textos bíblicos, mas reinterpretá-los com novos referenciais. O círculo não admite hierarquia ou poder baseado numa relação de cima para baixo. Antes, o círculo pressupõe um centro em torno do qual tudo gira e tudo se expande como numa espiral. O poder e energia divinas, à medida em que se expandem, não apenas criam o universo e a vida, como também dinamizam e enche de vitalidade os seres humanos, permitindo expressões, relações e articulações diferenciadas. Desse modo, todos os pontos da espiral que se expande a partir o centro, participam daquele poder inicial. Vai demorar ainda algum tempo para que os homens que dirigem nossas instituições se conscientizem da necessidade de repensar o modo como entendem o poder. Ao invés de uma autoridade única, acima de todas as outras, é preciso reconhecer o poder e a autoridade dispersas. É isso o que estamos tentando entender no anglicanismo quando falamos em autoridade dispersa ou autoridade compartilhada.

De que os evangélicos estão reclamando ?

Finalmente, quero lembrar que esse tipo de discurso que se embriaga com a ilusão de possuir a verdade sobre a fé, sobre o Cristo e sobre a plenitude da vida cristã, não é exclusivo de certos grupos da denominação Católica Romana. Muitos evangélicos têm o mesmo discurso. Eu até acho engraçado que agora alguns deles estejam reclamando, dizendo que “Roma pegou pesado”. Ora, a pretensão de possuir a plenitude da fé ou de ser os “verdadeiros cristãos” sempre esteve presente também nas igrejas protestantes, especialmente nos grupos mais evangélicos, influenciados pelo pietismo ou pelo fundamentalismo.

A título de exemplo, observemos o grupo que se identifica com o *Pacto de Lausanne*. A maioria deles se denomina "evangelical" ou "evangélicos" e nutrem profunda desconfiança para com a denominação Católica Romana, o Conselho Mundial de Igrejas e toda e qualquer teologia que não siga alguns "dogmas" evangélicos (inerrância e infalibilidade da Bíblia, conversão como o ato que une a pessoa a Deus, santificação entendida moralmente, etc).

É o caso do documento *Chamam-se cristãos*, resultado de um encontro patrocinado pelo Comitê de Lausanne em 1980, na cidade de Pattaya (Tailândia). Nas definições ali apresentadas, não há possibilidade para que alguém que não tenha passado pela experiência emocional da conversão possa afirmar-se cristão. Ao citar os católicos-romanos, o documento os classifica em vários grupos (tridentinos, modernistas, culturais, étnicos, carismáticos, alienados, relapsos e, por fim, moderados), mas só abre alguma esperança de salvação para os católicos carismáticos, pois nesse caso, "alguns são verdadeiramente nascidos de novo" (*Chamam-se cristãos* II b.1). Quanto aos protestantes, o tratamento não é diferente. Os evangélicos se revelam extremamente presunçosos e pretensiosos na definição que dão de um "cristão protestante nominal".

No final das contas, evangélicos e católicos são bastante iguais na presunção como interpretam a si mesmos e como interpretam uns aos outros. A plenitude da graça, a verdade bíblica ou a salvação está sempre segura em suas mãos. Os católicos depositam sua segurança na objetividade da Igreja enquanto instituição. A fonte de sua verdade-de-fé é a eclesiologia. Já os evangélicos depositam sua segurança na subjetividade da conversão. A fonte de sua verdade-de-fé é a soteriologia interpretada em moldes pietistas e wesleyanos. Portanto, nenhum dos dois grupos tem o direito de reclamar ou atacar o outro. Talvez o melhor caminho a ser seguido por ambos seja o de tirar a trave do próprio olho antes de tentar soprar o cisco do olho do próximo.

Para onde vai o barquinho ecumênico ?

Nesses tempos em que cada denominação procura afirmar sua própria identidade (o que, por si, já é sinal de crise de identidade), fica difícil prognosticar a respeito do futuro do ecumenismo. Particularmente, vejo poucos progressos no diálogo entre as cúpulas eclesiásticas. Isso não significa que tais encontros deixarão de existir. Ao contrário, talvez se intensifiquem ainda mais. Afinal, é preciso gastar um pouco do dinheiro do povo em viagens, hotéis, relatórios e papéis. Isso é até mais fácil do que investir em formação ecumênica (no plano teológico e pastoral) para leigos (as) e principalmente clérigos (as). Aliás, os (as) clérigos (as) são os que mais precisam, pois o carisma institucional do qual se investem (e que, por definição é inacessível ao leigo, a não ser que este se torne clérigo) os torna defensores ou "soldados" de sua denominação ou, no caso dos evangélicos, de uma cosmovisão teológica. Porém, dizer que a esperança ecumênica está nos leigos (as) também não resolve muito, pois a maioria deles e delas está alijada das esferas políticas de suas denominações e ainda é mantida em regime de cativo-teológico por seus pastores e pastoras. E quando alguns conseguem libertar-se do cativo, não encontram espaço nas instituições.

Mas para não terminar num tom pessimista e melancólico, é preciso afirmar que o futuro do ecumenismo não depende de nós, mas de Deus mesmo. Faz parte de seu projeto, ou de seu "plano", conforme dizem as Escrituras, "levar os tempos à sua plenitude e reconciliar todas as coisas e todo o universo". É por isso que esse barquinho ainda resiste em afundar, apesar dos torpedos e bombas que constantemente lhe atingem o casco. O ecumenismo não depende da Igreja Católica Romana porque não começou com ela. Tampouco terminará nela, embora Ratzinger assim o creia. A união e reconciliação de toda humanidade ainda são um mistério a ser revelado, e que depende tão somente de Deus e do seu imensurável poder.